

**PHOLLIANA CORNÉLIO DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL, O LÚDICO E A APRENDIZAGEM  
SIGNIFICATIVA: revistando o processo**

**GOIÂNIA**

**2021.2**

**PHOLLIANA CORNÉLIO DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL, O LÚDICO E A APRENDIZAGEM  
SIGNIFICATIVA: revistando o processo**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

**GOIÂNIA**

**2021.2**

**PHOLLIANA CORNÉLIO DOS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL, O LÚDICO E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA:  
revistando o processo**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )  
Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Professor(a) convidado(a):

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_ ( )  
Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_ ( )

Nota Final: \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_ / \_\_\_ / 2021.2

## **DEDICATORIA**

Primeiramente a Deus por essa conquista;

A minha filha, pelo amor incondicional e cumplicidade a prosseguir nesta jornada;

Aos meus pais pelo incentivo;

Ao meu esposo que sempre acreditou no meu trabalho, e passou sempre muito companheirismo para que chegasse ao fim dessa jornada com muito orgulho de mim mesma.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os professores e aos meus amigos da Universidade Católica de Goiás, aos meus familiares em especial ao meu esposo que com muita paciência e sabedoria colaborou com a minha trajetória acadêmica.

Ao professor Antônio Evaldo Oliveira, pela oportunidade e encorajamento a um estudo científico, pelo apoio e incentivo que me foi dedicado, e pelo qual demonstro minha admiração e respeito.

A todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

“Quando uma criança brinca, joga e finge; está criando um outro mundo. Mais rico e mais belo e muito mais repleto de possibilidades e invenções do que o mundo onde, de fato vive”,

(MARILENA CHAÍ)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I - HISTORIANDO O PROCESSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIFERENTES CONTEXTOS .....	12
CAPÍTULO II - O LÚDICO E A EDUCAÇÃO INFANTIL, SUA IMPORTÂNCIA PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
REFERÊNCIAS.....	35

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL, O LÚDICO E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: revistando o processo**

Pholliana Cornélio Dos Santos\*

Antonio Evaldo Oliveira\*\*

**RESUMO:** o eixo principal desta pesquisa, de cunho bibliográfica, fundamenta-se em trazer a importância do lúdico como contribuição significativa para a aprendizagem da criança. Partindo de ideias de teóricos, buscou-se enfatizar o lúdico como ferramenta essencial para a construção do conhecimento e da autonomia deste indivíduo. Nas brincadeiras esses sujeitos podem desempenhar habilidades e capacidades essenciais para a formação destes, tais como a memória, a imaginação, a autonomia, a criatividade, a atenção, dentre outras. Enfatiza-se a possibilidade de trazer uma educação de qualidade aos alunos da Educação Infantil de forma que seja tanto para eles quanto para o pedagogo agradável, introduzindo o lúdico como uma ferramenta de grande importância para a aquisição da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Lúdico. Brincadeiras. Aprendizagem. Educação Infantil.

---

\* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. phollianacornelio@gmail.com.

\*\* Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. antonio.evaldo@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

Além da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), evidencia a Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional do ano de 1996, (LDB 9394/96) que inseriu a Educação infantil como primeira etapa da Educação básica, lei essa que tem como finalidade, promover o desenvolvimento integral de crianças com idades equivalentes até seis anos. Todas essas aprovações tiveram como intencionalidade trazer a garantia do bem-estar da criança, despertando nesses o interesse em desenvolver suas habilidades motoras, físicas, intelectual, e até mesmo ampliando aquilo que a criança já possui como conhecimento. Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil (BRASIL, 1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a), com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil, (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil consta que a prática desenvolvida nas Instituições de ensino precisam ter uma organização para que as crianças com idades entre zero a seis anos, venham desenvolver capacidades, tendo uma imagem positiva de si mesmo, a descoberta e o autoconhecimento de seu próprio corpo, que essas crianças possam também estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades, utilizar as diferentes linguagens ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, e por fim conhecer algumas manifestações culturais. É importante destacar que desta forma observa-se que se deve ter um cuidado especial com as crianças, de forma que essas possam se desenvolver, se descobrir, conhecer a si mesma, e também explorar o ambiente de ensino.

A Ludicidade a que se referem os jogos e brincadeiras é algo fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, até mesmo para áreas como a interação, a construção de habilidades específicas, a socialização, o conhecimento do espaço ao seu redor e do próprio corpo, áreas essas que se concretiza a importância do brincar no processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança. Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais, (LOPES, 2006 *apud* SALOMÃO; MARTINE, 2007).

No brincar a criança estimula também a memória, desenvolvendo e colocando em ordem o material que será por ela memorável. Ao brincar a criança se conceitua como sujeito, pois estabelece ligações afetivas, sociais, e também, várias outras habilidades, como por exemplo, psicomotoras, cognitivas, físicas, dentre outras. A brincadeira é algo que deve ser valorizada e respeitada por todos, pois através dela as crianças facilitam o aprendizado, se desenvolvendo culturalmente e socialmente, contribuindo para uma boa saúde mental, se comunicando, e construindo conhecimentos de forma prazerosa, (SALOMÃO; MARTINE, 2007). Sendo assim, a partir deste contexto, esta pesquisa, em forma de um Projeto Monográfico, levanta o seguinte questionamento para ser investigado: O processo do lúdico, é contributivo para que a criança dos anos iniciais tenha uma aprendizagem de forma significativa?

É de suma importância que haja um ensino de qualidade destinado a esse público, pois é nesse período que a criança vai internalizando conhecimentos ainda não visto por elas, e conhecendo a si mesmo e ao próximo. Desta maneira o lúdico entra como algo essencial para favorecimento dessa aprendizagem, sendo adquirida de forma prazerosa, pois ao interagir a criança passa a conhecer a si e ao outro e também o meio ao seu redor de forma espontânea. O brincar é universal, nessas brincadeiras é possível desempenhar afeto, relacionamento grupais,

A partir desse contexto, esta pesquisa de cunho bibliográfico descritiva, levanta os seguintes objetivos para serem alcançados: Historiar o processo da

Educação infantil dos anos iniciais; Conhecer a legislação que rege sobre a Educação dos anos iniciais; Compreender a evolução do processo da educação da criança dos anos iniciais; Identificar o conceito do lúdico e sua relação com a Educação infantil; Reconhecer o lúdico como uma importante ferramenta que contribui de forma significativa para a aprendizagem da criança dos anos iniciais.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil enfatiza a importância da organização em relação a instituições de Educação Infantil, ao obter essa organização possibilita que o indivíduo venha desenvolver capacidades, dentre essas capacidades destaque o brincar, visto que o lúdico é algo de suma importância para que esse sujeito desenvolva variáveis pontos positivos ligados ao aprendizado significativo da criança, auxiliando em seu desenvolvimento, com habilidades cognitivas, formação de conceito, interage com o meio, e se integra ao meio social sendo o autor do eu próprio conhecimento. A partir deste contexto, esta pesquisa bibliográfica, de revisão e descritiva, sobre o tema Educação dos anos iniciais e a importância do lúdico se justifica em decorrência a estudos realizados em disciplinas feitas anteriormente no curso de Formação de Professores e Humanidades, mais especificamente no projeto desenvolvido na disciplina de Estágio II, em que se despertou o interesse em aprofundar mais no assunto.

Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico descritivo - exploratório. O estudo bibliográfico se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. O estudo descritivo - exploratório visa à aproximação e familiaridade com o fenômeno - objeto da pesquisa, descrição de suas características, criação de hipóteses e apontamentos, e estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas no fenômeno, (CERVO, 2013).

A partir deste contexto a monografia estruturada: Capítulo I, intitulado: Um recorte sobre o processo da educação infantil nos anos iniciais, traz um pouco sobre como era as primeiras instituições, e que estas focavam no cuidado e proteção das crianças, que no início as escolas maternais, creches e jardins de infância, era assistencialista, focando em alguns cuidados necessários como por exemplo a higiene, e alimentação.

Após a aprovação de algumas leis que assegurava o direito das crianças, surgiu a Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional do ano de 1996, (LDB 9394/96) que inseriu a Educação infantil como primeira etapa da Educação básica,

sendo essas, aprovações que tiveram como intencionalidade trazer a garantia do bem-estar da criança.

A Roda dos expostos ou Roda dos excluídos, por mais de um século foi a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil, sendo extinta somente em 1950. A partir da promulgação da Constituição do Brasil de 1988, todas as crianças passaram a serem consideradas sujeitos de direito, sendo esses direitos: o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária.

É de suma importância a dedicação do pedagogo em ofertar um ensino de qualidade para seus educandos, pois, tendo um alicerce bem formado, seu nível de desenvolvimento será outro.

Já no Capítulo II, com o título: As Contribuições do Lúdico para a Criança aprender de Forma Significativa, é evidenciada a importância do lúdico para com o rendimento escolar, em que, promove conhecimento, desenvolve a linguagem, o psíquico e o sentimento.

A criança que tem em seu ambiente escolar o lúdico, possibilitará a esse indivíduo a ampliação de sua imaginação, trazendo consigo a interação, a autonomia, seus sentimentos, suas experiências que envolvem reflexões prazerosas.

O pedagogo que traz o lúdico para seu ambiente de trabalho, atribuirá à criança uma alfabetização significativa na prática educacional, é a absorção do conhecimento através das características desse discernimento de mundo, provendo rendimento escolar, a linguagem, o intelecto e as emoções do indivíduo.

O lúdico é de extrema importância para com o desenvolvimento da criança da educação infantil, sendo então necessário que o pedagogo prepare esse lugar, tornando-o mais agradável para a criança, com o intuito de proporcionar, o desenvolvimento também de sua criatividade e a interação desses alunos, propiciando desta maneira uma aprendizagem de qualidade.

## **CAPÍTULO I - HISTORIANDO O PROCESSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIFERENTES CONTEXTOS**

Com o grande impacto que houve em razão a Revolução Industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas, viabilizou a entrada de um grande número de mulheres no mercado de trabalho, modificando assim a forma das famílias educarem e cuidarem de seus filhos. Dessa forma houve uma diversificação em relação aos assalariados permitindo assim, a inclusão de trabalhadores sem forças musculares independentemente do sexo e da idade de cada indivíduo, passando dessa maneira a vender a força de trabalho não somente do homem, mas também de suas mulheres e filhos, que segundo a lei fabril da época era dividida em duas turmas, sendo elas de cinco horas cada, ou uma de quatro e a outra de seis horas. Em parte, os homens também passaram a ser substituídos pelas mulheres e crianças, mesmo havendo péssimas condições trabalhistas, os pais dessas crianças não queriam vender o tempo parcial mais em conta, ou seja, mais barato do que era antes no período integral.

Com a grande participação dos pais de família nas fábricas e similares, ocorreu outras formas de organização de serviços de atendimento das crianças, em que mulheres da comunidade adotavam algumas atividades como por exemplo memorização de rezas, não tendo uma proposta instrucional formal, mas que não as impediavam de realizar esses atendimentos direcionados as crianças, (RIZZO, 2003 *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Segundo Paschoal e Machado (2009), na Europa e Estados Unidos as primeiras instituições focava no cuidado e proteção das crianças. No seu início, as escolas maternais, creches e jardins de infância, era assistencialista, focando em alguns cuidados necessários como por exemplo a higiene, e alimentação.

A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram absorvidas como modelos em diferentes países. No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico, (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 81).

As creches brasileiras tinham caráter assistencialista, ou seja, era voltado aos aspectos da alimentação, da higiene, e também cuidados físicos, não ainda destinadas a ações educativas do ensino escolar. Partindo do ponto de vista histórico, para que a criança tivesse seu direito a educação garantido de acordo com a legislação, foi preciso quase um século. Apenas com a Constituição de 1988 foi de fato reconhecida como direito. A nossa constituição brasileira é algo que representa grande valor para todos os indivíduos, pois colabora na garantia de nossos direitos independentemente de idade ou sexo, foi somente com a Constituição que as crianças com idades equivalentes a zero e até seis anos foi reconhecida como sujeito de direitos.

Após essa Constituição ser aprovada, houve outra aprovação direcionada às crianças e adolescentes, foi aprovado a lei 8,069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduzindo as crianças aos direitos humanitários.

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento, (FERREIRA, 2000 *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 184).

Além da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), evidencia a Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional do ano de 1996, (LDB 9394/96) que inseriu a Educação infantil como primeira etapa da Educação básica, lei essa que tem como finalidade, promover o desenvolvimento integral de crianças com idades equivalentes até seis anos. Todas essas aprovações tiveram como intencionalidade trazer a garantia do bem-estar da criança, despertando nesses o interesse em desenvolver suas habilidades motoras, físicas, intelectual, e até mesmo ampliando aquilo que a criança já possui como conhecimento.

Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL,

1998a), com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil, (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 86).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) consta que a prática desenvolvida nas Instituições de ensino precisam ter uma organização para que as crianças com idades entre zero a seis anos, venham desenvolver capacidades, tendo uma imagem positiva de si mesmo, a descoberta e o auto conhecimento de seu próprio corpo, que essas crianças possam também estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades, utilizar as diferentes linguagens ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, e por fim conhecer algumas manifestações culturais. É importante destacar que desta forma observa-se que se deve ter um cuidado especial com as crianças, de forma que essas possam se desenvolver, se descobrir, conhecer a si mesma, e também explorar o ambiente de ensino.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, (BRASIL, 1998a *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 23).

A Educação de qualidade da criança pequena deve ser reconhecida não só através de documentos ou leis, mas também pela sociedade, pois a modalidade educacional é de responsabilidade pública, devendo então ser assumida por todos.

No ano de 2006 foi definido pelo Ministério da Educação, como o ano da Política Nacional de Educação Infantil, que foi baseado em documentos criados no ano de 1994 e 1995, direcionados para o público de nível dos anos iniciais da educação. Assim sendo, essa traz recomendações.

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaboram ou abequem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de

educação infantil ofereçam, no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos socioeconômicos e culturais; as instituições de Educação Infantil asseguram e divulguem iniciativas inovadoras que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de formação; os profissionais da instituição as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, (BRASIL *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Professores atuantes nesse nível de escolaridade, dos anos iniciais precisam estar sempre atualizados em relação a leis, pois é preciso que o profissional da Educação tenha sempre algo inovador para oferecer à criança, levando esse profissional a produzir mais conhecimentos relevantes ao aprendizado dos indivíduos que estão em processo de absorção de conhecimentos e aprendizados contribuindo assim, na aprendizagem significativa do sujeito.

É importante que haja um ensino de qualidade para as crianças em nível de educação inicial, por que se este indivíduo tiver um alicerce bem formado, seu nível de desenvolvimento será outro, e para que isso ocorra é preciso contribuir não somente com a troca de saberes, mas também algo que possa mediar esse aprendizado, trazendo melhorias para o ambiente escolar, sendo eles alguns recursos financeiros, projetos desenvolvidos, passar para as crianças uma segurança de forma que as acolha, trabalhar a ludicidade nesse ambiente, a organização entre gestores e professores, a participação efetiva dos pais ou familiares nas instituições.

Ao pensar nos desafios propostos e nos muitos outros que podem contribuir para uma educação que respeite, efetivamente, o desenvolvimento e aprendizado da criança pequena, parafraseando o pensamento de Bujes (2001) ao reconhecer que esse espaço deve ser muito mais qualificado e que, ao incluir o acolhimento e a segurança, também precisa ser um ambiente que desperte a emoção e desenvolva a sensibilidade, contemplando, assim, a curiosidade e a investigação dos pequenos infantes, (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 92).

Para que a educação seja considerada como um ensino de qualidade não é necessário estar somente por dentro da legislação ou documentos oficiais relevantes, mas assim como dito anteriormente é de suma importância também ter o envolvimento social, ou melhor dizendo, é preciso ter a participação da sociedade, envolvendo todos aqueles que são pertencentes para que possam contribuir de alguma forma para com esses indivíduos que são inseridos nas instituições escolares de educação destinadas ao público infantil, e que precisamos ter um olhar mais minucioso e cauteloso em relação a esses.

Com o intuito de proteção à infância, instigou a criação de várias associações e instituições para atendê-la nos mais diversos aspectos como, saúde e sobrevivência, direitos sociais e educação. Outrora a esses meios, organizações alternativas foram se constituindo no sentido de atender as crianças das classes menos favorecidas, (NASCIMENTO, 2015).

[...] a Roda dos expostos ou Roda dos excluídos. Por mais de um século [...] foi a única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil, sendo extinta somente em 1950.

A não participação do Estado na implantação e funcionamento inicial das instituições de atendimento infantil permite, por um longo período, que este seja realizado por entidades de natureza filantrópica, privadas e religiosas, como a *Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida* Criada em dezembro de 1871 pelo presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Ferreira Viana. Esta pretendia angariar fundos para manter a presença das crianças pobres e desvalidas nas escolas municipais. Como outros exemplos desse tipo de instituição, temos a abertura em 1883 da *Associação Protetora da Infância Desamparada*, que segundo Kuhlmann Jr. (2000a, p. 474), foi uma das primeiras entidades que se preocupou com a questão da infância em âmbito nacional, pois '[...] além de criar uma instituição própria, a Associação pretendia centralizar informações sobre os estabelecimentos para sustentação, instrução e educação da infância desamparada no país'. Também a *Associação das Damas da Assistência à Infância*, ligada ao IPAI-RJ, auxiliava na manutenção do Instituto e em 1908 fundou a creche Sra. Alfredo Pinto para atender os filhos das empregadas domésticas, (NASCIMENTO, 2015, p. 17441-17442).

Nascimento (2015), destaca ainda que, com a distinção do caso europeu, em que a criação da creche foi para a ampliação do trabalho industrial feminino, e sendo aqui apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças filhos de escravos. Outras instituições foram se inaugurando a partir do período republicano, e que foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários.

Com a proposta de uma educação racional e compatível com o progresso científico, sendo esse o Jardim de Infância. Contextualmente, o interesse pela educação pré-escolar se deu pela esfera privada e as instituições para os pobres, mesmo sendo necessárias, não se concretizaram nesse período. Sob a forte influência europeia de uma educação froebeliana foram criados os primeiros jardins de infância privados, no Rio de Janeiro em 1875 no Colégio Menezes Vieira<sup>9</sup> e, em São Paulo na Escola Americana em 1877. Já no setor público, em 1896 em anexo à Escola Normal Caetano de Campos<sup>10</sup> em São Paulo, passou a funcionar o jardim de infância, que mesmo sendo uma iniciativa pública atendia os filhos da elite paulistana. (NASCIMENTO, 2015).

A religiosidade froebeliana de caráter mais liberal do que doutrinário, foi bastante aceita no Brasil, sendo que a dimensão religiosa ficava difusa na programação dos jardins, manifestando-se na formação de bons hábitos e no cultivo da docilidade.

Porém, somente com a chegada do período conhecido como Estado Novo (1937-1945), o governo assume oficialmente as responsabilidades na esfera do atendimento infantil, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde. Porém, as propostas do Estado de modo geral para atendimento à infância estavam baseadas no estabelecimento de convênios com entidades filantrópicas e particulares, na manutenção do atendimento indireto e na implantação de programas como o 'mãe crecheira', afastando-se, desse modo, da criação e gerenciamento direto de tais instituições e, principalmente, transferindo para a sociedade civil uma responsabilidade inquestionavelmente estatal. Junto ao Ministério da Educação e Saúde é criado, em 1940, o Departamento Nacional da Criança<sup>18</sup> (DNC) para, entre outras atividades, estabelecer normas para o funcionamento das creches, (NASCIMENTO, 2015, p. 9).

De acordo com essa autora citada anteriormente, após vinte anos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4.024) do ano de 1961 estabeleceu que crianças com idade inferior a 7 anos receberiam educação em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Marafon (2009), destaca que na época de 1945 a 1964 é marcado pelo populismo e também pelo otimismo decorrente da esperança de um progresso acelerado. No meio educacional, ocorre debate a respeito do anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que levou 13 anos para ser homologada.

Até meados de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão. O Movimento de Luta por Creches a partir desta década de 1970 marca o crescimento das reivindicações por instituições de educação infantil brasileiras. Observação: Esse parágrafo que separei do parágrafo acima professor, por ter acrescentado o parágrafo anterior de Marafon (2009, p. 16), destaca que.

Com a Lei 5692, aprovada em 1971, novamente é mencionada a educação infantil, e nesta é ressaltado o que já estava no artigo 24, da Lei 4024. O parágrafo 2º, do art. 19, afirma que 'os sistemas valerão para as crianças de idade inferior a 7 anos que recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância ou instituições equivalentes'.

De acordo com a autora citada anteriormente neste período histórico pode-se conceituar escolas maternas e jardins de infância como creches; termos esses que se diferem pela classe social que a criança está posta, melhor dizendo, os maternas e jardins de infância para crianças de famílias mais abastadas e creches para crianças de famílias menos favorecidas. Em 1972, existiam muitas crianças matriculadas nas pré-escolas em todo o país, mas o descaso à educação infantil enquanto política educacional continuava. O grande embate de ideias tinha como centro a questão: se a educação de crianças de 0 a 6 anos deveria continuar com uma finalidade assistencialista ou deveria ter um cunho pedagógico, ou seja, educacional, mesmo que muitas instituições de ensino infantil já apresentassem várias características pedagógicas, (MARAFON, 2009).

De acordo com Marafon (2009), surge em São Paulo o "Movimento de Luta por Creches" no final dos anos 1970 e na década de 1980:

O Movimento de luta por creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania, modificando e acrescentando significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e a família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável, (MERISSE *apud* MARAFON, 2009, p. 16).

Movimentos esses que resultou no aumento do número de creches e pré-escolas mantidas pelo poder público e a multiplicação de creches e pré-escolas particulares conveniadas com os governos municipais, estadual e federal, criando novos canais de pressão sobre o poder público.

A partir da promulgação da Constituição do Brasil de 1988, todas as crianças passaram a serem consideradas sujeitos de direito, sendo esses direitos: o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária. O atrelamento formal à educação no atendimento às crianças pequenas explicitado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96<sup>24</sup> em que a educação infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica<sup>25</sup> é fruto de intensas lutas e discussões da sociedade civil organizada, movimento de mulheres e pesquisadores no campo da infância e da educação, especialmente ao longo da década de 1980 como aponta Guimarães (2011). De acordo com a autora, o texto legal marca a complementariedade entre as instituições de educação infantil e a família. Além disso, dispõe sobre a formação do profissional e a avaliação na educação infantil que assume um caráter de acompanhamento, e não de reprovação, (NASCIMENTO, 2015).

No ano de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmando no capítulo IV, artigo 54, inciso IV o direito das crianças de 0 a 6 anos de idade ao atendimento em creches e em pré-escola, (MARAFON, 2009, p. 18).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, a educação infantil passou a fazer parte do sistema nacional de ensino, ficando referenciado como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, definindo no título V, capítulo II, seção II, Art. 30 que a educação infantil será oferecida em: 'I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 4 a 6 anos de idade'.

Segundo Marafon (2009), a lei propõe a reorganização da educação, tornando flexível o funcionamento de creche e pré-escola, autorizando a adoção de diferentes formas de organização e prática pedagógica.

No ano de 1998 o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), formularam as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, de caráter mandatário, deixando evidentes preocupações com a qualidade do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, que se explicitam na organização e nos

princípios éticos, estéticos e políticos para o trabalho cotidiano. Sendo publicado também neste mesmo ano (1998) o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (NASCIMENTO, 2015).

A década de 1990 traz importantes novidades, segundo Leite Filho (2005), pois a educação infantil, que antes era direito dos filhos de mães trabalhadoras, com a Constituição de 1988 passa a ser direito das crianças, assim como dito anteriormente. Sendo de responsabilidade do poder público municipal oferecer creches e pré-escolas para todas as crianças que precisem deles. De acordo também com essa constituição e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) creches e pré-escolas são parte do sistema de ensino, e, portanto, devem estar sob a responsabilidade das secretarias municipais de educação.

Nesse novo quadro, é no plano local que as políticas passarão a ser definidas e implementadas conforme Leite Filho (2005, p. 7-8), afirma que

Mas, logo em seguida, a implantação do FUNDEF - Fundo Nacional de valorização do magistério e desenvolvimento do Ensino Fundamental - vem colocar restrições às esperanças de democratização do atendimento: um primeiro problema é anunciado já na denominação do Fundo, ao restringir-se ao Ensino Fundamental e excluir a educação infantil. Sem apoio financeiro da União e dos Estados, as crianças passam a sofrer os efeitos de uma política de municipalização que repassa apenas responsabilidades. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação, junho de 2000, deixa claro que foi posta de lado a intenção de expandir a oferta de vagas para as crianças de 0 a 6 anos, como propunha o MEC no documento 'Política de Educação Infantil', de 1994. No caso das creches, há uma clara tendência a transferir a responsabilidade da oferta dos serviços às organizações da sociedade civil, reeditando programas de baixo custo, já anteriormente experimentados e fracassados.

Segundo Andrade (2010), o reconhecimento dos direitos da infância e da condição da criança como sujeito de direitos é algo recente na história brasileira e em outros países também. A autora afirma ainda que no século XX, o discurso predominante sobre a infância atribuiu-lhe o estatuto de sujeito de direitos, imagem construída com base na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais, entre os quais: a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989), (ANDRADE, 2010).

De acordo com Bobbio (1992 *apud* ANDRADE, 2010, p. 80), “ao analisar a evolução dos direitos, aponta a influência das condições históricas na formulação dos direitos do homem”. E assim, os direitos publicados nas declarações demonstram uma dimensão histórica pautada nas exigências de cada contexto histórico.

No século XIX, a criança será reconhecida como uma categoria social com necessidades de proteção, em especial pelas contribuições das ciências da Pedagogia, Psicologia e Medicina. Porém, será no século XX que novos significados serão atribuídos à infância, ‘através de uma nova conscientização de que as crianças eram fontes humanas essenciais, de cuja dimensão maturacional iria depender o futuro da sociedade’ (SOARES *apud* ANDRADE, 2010, p. 78).

O Brasil, assim como vários países do mundo, tornou-se signatário dos preceitos da Convenção, exigindo assim do Estado a criação de dispositivos legais coadunados ao código normativo da Convenção, tal como a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos da infância, afirma (ANDRADE, 2010).

Pode-se perceber que houve avanços legais, mas que apesar desses avanços em relação aos direitos da criança, em análise global sobre a infância válida, que essa categoria ainda não é prioridade na agenda governamental de vários países, o que é resultado de ausência de investimentos do Estado em políticas e dispositivos legais para a efetivação dos direitos das crianças, de acordo com a autora citada anteriormente. A evolução histórica do atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil é analisada por Costa (1994 *apud* ANDRADE, 2010, p. 86). Segundo o autor, as ações relativas à infância, do descobrimento aos anos 1960, são marcadas por um caráter assistencialista, normativo, correccional e repressivo, a exemplo da Política Nacional de Bem-Estar do Menor e do Código de Menores. As décadas de 1970 e 1980 são consideradas cenários para o surgimento das recentes lutas travadas no país em favor das crianças e dos adolescentes. Seus estudos apontam a importância de se aliar a história dos direitos da infância à história das políticas sociais. Afirma, ainda, que os movimentos populares da década de 1980, em especial o Movimento de Meninos de Rua, contribuíram para a discussão da situação da infância brasileira, provocando a

elaboração e implantação de um novo ordenamento jurídico sobre a infância e a adolescência no país, (ANDRADE, 2010).

No ano de 2006 foram divulgados dois documentos sendo eles, os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Segundo Andrade (2010, p. 107-108),

Ainda no ano de 2006, o MEC apresentou o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à Educação, contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias a serem alcançadas pelas instituições de educação infantil. O documento destaca a necessidade da indissociabilidade entre cuidar e educar, o papel complementar das instituições de educação infantil à educação familiar, o direito da criança à educação infantil, a inclusão de crianças com necessidades especiais e o brincar como forma privilegiada de a criança conhecer o mundo e a formação de professores.

Assim como dito anteriormente, é visto que a trajetória das leis e dos documentos oficiais que regem a educação infantil no Brasil apresentam vários avanços que foram conquistados com intuito de reconhecimento da educação infantil no quadro das políticas públicas, porém ainda são vários os desafios que ainda se fazem presentes em relação a oferta de uma educação infantil de qualidade às crianças brasileiras.

A representação da educação infantil não corresponde ao que poderíamos elencar como uma educação emancipatória e compromete a identidade das creches enquanto espaço de cidadania da infância. As instituições de educação infantil têm um importante papel político na efetivação dos direitos das crianças. Sarmento (2001, p.25) destaca que, no contexto educacional, esses direitos podem ser definidos como: [...] 1) o direito à realização pessoal (enhancement), isto é, o direito ao desenvolvimento pessoal, intelectual e material, e “à experimentação dos limites, através da qual se realiza a com - preensão crítica do mundo e se descobrem novas possibilidades; 2) o direito à inclusão social, intelectual, e cultural, que permita a cada criança ser autônoma no interior da respectiva comunidade, sendo nela aceita e acolhida; 3) o direito à participação na prática e decisões coletivas, (SARMENTO, 2001 *apud* ANDRADE, 2010, p. 121).

Desta forma, é visto que a criança como sujeito de direitos se desenvolve de forma positiva, seja ela intelectualmente, socialmente, culturalmente, criando nestas uma certa autonomia, permitindo assim a interação com o meio, visto que são de

extrema importância todos os avanços relacionados a educação infantil que dentre eles trouxe a garantia de direitos as crianças e adolescentes.

## **CAPÍTULO II - O LÚDICO E A EDUCAÇÃO INFANTIL, SUA IMPORTÂNCIA PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

A Ludicidade a que se refere os jogos e brincadeiras, é algo fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, até mesmo para áreas como a interação, a construção de habilidades específicas, a socialização, o conhecimento do espaço ao seu redor e do próprio corpo, áreas essas que se concretiza a importância do brincar no processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais, (LOPES, 2006 *apud* SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 3).

No brincar a criança estimula também a memória, desenvolvendo e colocando em ordem o material que será por ela memorável. Ao brincar a criança se conceitua como sujeito, pois estabelece ligações afetivas, sociais, e também, várias outras habilidades, como por exemplo, psicomotoras, cognitivas, físicas, dentre outras.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, do desenvolvimento pessoal, social e cultural e colabora para boa saúde mental e física. (SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 4).

Evidencia-se, também, a importância do lúdico referente ao rendimento escolar, pois promove conhecimento, desenvolve a linguagem, o psíquico e o sentimento. A ludicidade é essencial para desenvolver na criança uma boa saúde mental, socialização, criatividade. Podendo ser aplicada em diversas faixas etárias respeitando o saber e o conhecimento já obtido em cada idade, deixando então de ser um simples divertimento e tornando-se um elo entre a infância e fase adulta. O ambiente escolar que propicia a ludicidade se torna um local harmônico em que desenvolve na criança a confiança.

O lúdico não se faz presente somente no ato de brincar, mas também no ato de ler, pois a leitura proporciona ao indivíduo a compreensão e o descobrimento de mundo.

A ludicidade poderá ser encontrada também em ambientes que são favoráveis a leitura, como por exemplo as bibliotecas. Ao efetuar uma leitura, o indivíduo ativa sua imaginação, criando e vivenciando variadas situações, propiciando de fato a plenitude e a autonomia em seu espaço particular.

A sala de leitura pode se tornar um ambiente lúdico, através dos livros a criança passa a usar sua imaginação e passa a criar e vivenciar diferentes situações. As atividades lúdicas permitem que o indivíduo vivencie sua inteireza e sua autonomia em um tempo-espaço próprio particular, (SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 11).

É de suma importância que a criança vivencie a ludicidade, no envolvimento desse indivíduo com o lúdico, irá contribuir com o enriquecimento de seu psíquico, trabalhando áreas da interação, socialização, da autonomia, os sentimentos. Para que haja uma aprendizagem significativa da criança, ter um espaço que proporcione todo esse conjunto de prazeres levará esse indivíduo a ter uma certa estabilidade envolvendo seu emocional e proporcionando aprendizados com o brinquedo.

No ato do brincar a criança estabelece entre elas regras, em que vão adquirindo aprendizados referentes a vivência em uma ou outra situação, sendo elas ligadas a imaginação ou até mesmo as situações vivenciadas, ou seja de forma real, compartilhando com o próximo e consigo mesmo, (SALOMÃO; MARTINE, 2007).

É por meio da interação que a criança amplia sua imaginação, desempenham papéis e tarefas que propiciam algumas capacidades de socialização. O ato do brincar funciona como um cenário não somente de reprodução, mas também de transformação entre os sujeitos participantes. Através da imaginação a criança poderá assimilar ou até mesmo reproduzir um determinado objeto com aquilo que ele aparenta ser, recriando e/ou representando a originalidade deste.

O Lúdico, é desta forma um ato que possibilita ao indivíduo a ampliação de sua imaginação, trazendo consigo a interação, a autonomia, seus sentimentos, suas experiências que envolvem reflexões prazerosas, e desempenho de papéis sociais, possibilitando de alguma forma a descoberta de si mesmo. A criança ao se apropriar da realidade que ela vive, ela passa a atribuir significado as coisas ao seu redor, os

jogos e as brincadeiras produzem conhecimento, a produção desse conhecimento possibilita o crescimento intelectual do indivíduo auxiliando esses e propiciando a evolução com ser social. O lúdico no meio educacional é algo necessário para desenvolvimento intelectual do indivíduo, é uma forma prazerosa de adquirir aprendizados.

No ato do brincar a criança amplia seu imaginário, de tal modo que a brincadeira atribua a ela sentido ao seu mundo, fazendo com que os sujeitos envolvidos apropriem de conhecimentos que os ajudarão a agir sobre o meio em que se encontram. Em alguns momentos ela vai reproduzir, em suas brincadeiras, situações que presenciou em seu meio.

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outras coisas daquilo que aparenta ser. Ao brincar as crianças recriam e representam aos acontecimentos que lhe deram origem, sabendo que estão brincando. O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferido e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. (SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 14).

A brincadeira remete sentimentos de alegria na criança, através desse ato o sujeito poderá se impor de forma positiva usando suas criatividade, na reprodução da vida adulta, e também fictícias, utilizando brincadeiras ligadas a vivência, personagens de algum conto ou trama, ou situações que permeiam ao meio social.

É possível que por meio dessas brincadeiras, esse sujeito desenvolva habilidades, postura, criatividade, comunicação. Desta maneira a criança ao participar precisa se impor, obter uma certa independência em relação a suas escolhas, ou seja, é preciso que esse indivíduo seja o próprio autor da historinha por ele criada e definir papéis imaginários, sendo importante que haja consenso entre os indivíduos participantes.

A imaginação da criança a que se refere a ludicidade pode ser trabalhada também em desenhos de autoria desse sujeito, através do desenho a criança poderá representar suas emoções, sentimentos, desenvolvendo também o lado

criativo deste ser, estimulando seu psíquico contribuindo de alguma forma para com a aprendizagem significativa. Considerando-se as necessidades físicas e psicológicas de crianças e jovens, é necessário que trabalhem com o intelecto, com o corpo e com o social. As atividades lúdicas têm por objetivo ajudar a criança a entrar em contato com o mundo imaginário e ao mesmo tempo real, e desenvolver suas habilidades de criar e relacionar esses conhecimentos, pois só assim elas serão capazes de desenvolver uma linguagem e aprender a dominar todo tipo de informação, (SALOMÃO; MARTINE, 2007).

Ao possibilitar essas interações entre esses sujeitos, é possível trabalhar não somente com o psicológico, mas também contribuindo para áreas físicas do corpo humano, ou melhor dizendo, auxiliando tanto na saúde mental quanto na saúde física deste sujeito.

Ao trabalhar o lúdico permitirá à criança uma alfabetização significativa na prática educacional, é a absorção do conhecimento através das características desse discernimento de mundo, provendo rendimento escolar, a linguagem, o intelecto e as emoções do indivíduo. A ludicidade é de extrema importância para com o desenvolvimento da criança da educação infantil, mas que se torna necessário propiciar a estes um local que seja descontraído com intuito de incentivar o interesse, a criatividade e a interação dos alunos propiciando desta maneira uma aprendizagem de qualidade.

Trabalhar o lúdico como fonte do saber e instrumento que favorece a aprendizagem, o desenvolvimento afetivo e social da criança, estimulá-la a conhecer, a aprender os conteúdos necessários ao prosseguimento dos seus estudos, torna-se um dever da escola e responsabilidade do professor que deseja alcançar objetivos precisos no processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças da Educação Infantil, (FLORÊNCIO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019, p. 7).

A autora Kishimoto (2002), destaca mais sobre a importância do brincar, em seu livro “Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação”, que foi publicado no ano de 2002. Visto que neste livro nos traz também o jogo simbólico, uma vez que este implica na representação de um objeto por outro, trazendo assim significados a diversos objetos, sendo eles um pedaço de madeira que representará por exemplo um cavalinho, ou até mesmo papéis como pai e mãe, dentre outros. O jogo simbólico individual pode, também, de acordo com a ocasião, transformar-se em

coletivo com a presença de vários participantes. A maior parte dos jogos simbólicos implica movimentos de atos complexos, que podem ter sido, anteriormente, objeto de jogos de exercício sensório-motor isolados. Esses movimentos são no contexto do jogo simbólico, subordinados à representação e à simulação que devem predominar na ação. O apogeu do jogo simbólico situa-se entre 2 e 4 anos de idade, declinando a partir desta fase.

Pode-se desta maneira, perceber a criatividade em que a criança desenvolve brincando, imaginando papéis da vida real, e trazendo para a sua brincadeira, significados a objetos que faz parte de seu convívio.

Vygotsky (*apud* KISHIMOTO, 2002, p. 61-62) dá ênfase à ação e ao significado no brincar. Para ele é praticamente impossível a uma criança com menos de 3 anos envolver-se em uma situação imaginária, porque ao passar do concreto para o abstrato não há continuidade, mas uma descontinuidade. Só brincando é que ela vai começar a perceber o objeto não da maneira que ele é, mas como desejaria que fosse. Na aprendizagem formal isso não é possível, mas no brinquedo isso acontece, porque é onde os objetos perdem a sua força determinadora. A criança não vê o objeto ele é, mas lhe confere um novo significado. Por exemplo: quando a criança monta em uma vassoura e finge estar cavalgando um cavalo, ela está conferindo um novo significado ao objeto. Esse significado precisa de um “pivô” que comporte um gesto que se assemelhe à realidade, pois para Vygotsky, o mais importante não é a similaridade do objeto com a coisa imaginada, mas o gesto. Neste caso, a vassoura comporta um gesto em relação ao objeto (cavalo), ao qual ela está conferindo um significado. Dessa forma, no brinquedo, o significado conferido ao objeto torna-se mais importante que o próprio objeto.

Kishimoto (2002), citada anteriormente relata que alguns objetos começam a ser usados como substitutos de outros, podendo ser um bloco um sabão por exemplo, trazendo também representações da vida adulta, como a brincadeira de médico, enfermeira, dentre outros. A criança pode também chegar a imaginar objetos ausentes como por exemplo dar banho na boneca sem ter a água, mas imaginar ou melhor dizendo “fazer de conta” que a água está ali.

Assim, são criadas as pré-condições para o jogo de papéis propriamente dito, cujo desenvolvimento ocorre na pré-escola. A interpretação do papel do adulto pela criança é uma forma original de simbolização. A criança passa do brinquedo cujo conteúdo básico é a reprodução das atividades dos adultos com objetos para o

brinquedo cujo conteúdo básico torna-se a reprodução das relações de adultos entre si ou com crianças. A mudança no conteúdo da brincadeira da criança está intimamente relacionada com a mudança na natureza das atividades apresentadas por ela. O jogo simbólico constitui, assim, mais do que um objeto da própria atividade, um *expressivo gesto* acompanhado pela fala, Elkonin (*apud* KISHIMOTO, 2002).

O brinquedo pode ser visto como algo cultural, segundo Garbarino e Colab, (*apud* KYSHIMOTO, 2002), pois as crianças brincam com temas comuns dentro de uma mesma cultura, como por exemplo relações familiares, educação, temas esses que representam os ambientes dessas crianças, e conforme esse contexto muda, as brincadeiras também mudam. Observando que toda essa manipulação do brinquedo levará ao agir, a ação, a imaginação e também a representação.

Manipulação, posse, consumo [...] o brinquedo introduz a criança nas operações associadas ao objeto. A apropriação se inscreve num contexto social: o brinquedo pode ser mediador de uma relação com outra ou com uma atividade solitária, mas sempre sobre o fundo da integração a uma cultura específica. Além disso, é suporte de representações, introduzindo a criança num universo de sentidos e não somente de ações. O brinquedo valoriza hoje o imaginário em detrimento de um realismo estreito. O mundo representado é mais desejável que o mundo real. A brincadeira aparece, assim como um meio de sair do mundo real para descobrir outros mundos, para se projetar num universo existente, (BROUGÈRE *apud* KISHIMOTO, 2002, p. 68).

A criança quando brinca de brincadeiras que ela vivencia na vida real, ela representa mediante combinação entre experiências passadas e novas chances de sentidos e reproduções da realidade conforme seus sentimentos, seus desejos e também suas necessidades.

Brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. As interações que o brincar e o jogo oportunizam favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade e a empatia, e introduzem, especialmente no compartilhamento de jogos e brinquedos, novos sentidos para a posse e o consumo, (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 04).

É visto que a brincadeira é algo essencial para o desenvolvimento da criança, ela possibilita a este indivíduo uma certa independência. O brincar valoriza a cultura

deste sujeito, é algo que exercita a mente, a criatividade, a socialização, a interação, construindo assim seus próprios conhecimentos. É por intermédio da atividade lúdica que a criança se prepara para a vida, assimilando a cultura do meio em que vive, a ela se integrando, adaptando-se às condições que o mundo lhe oferece e aprendendo a competir, cooperar com seus semelhantes e conviver como um ser social. Além de proporcionar prazer e diversão, o jogo, o brinquedo e a brincadeira podem representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo da criança. Assim, uma atitude lúdica efetivamente oferece aos alunos experiências concretas, necessárias e indispensáveis às abstrações e operações cognitivas, (DALLABONA, MENDES, 2004).

Quando a criança brinca ou joga, ela se apropria também de experiências prazerosas, e se o meio educacional possibilita essa ludicidade, a criança poderá estimular a construção de um conhecimento de forma agradável a este indivíduo e também de forma mais rápida, e desta forma ajudando-o a ter uma boa concepção de mundo, evidenciando o afeto entre estes, a socialização, e também tendo seus direitos respeitados. É de suma importância que os educadores pensem atividades que venha possibilitar esses aspectos citados anteriormente, pois o profissional que trabalha com o lúdico proporciona um desenvolvimento sadio e cheio de harmonia.

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado, assim como um espaço estruturado para brincar, permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais, (MATOS, 2013, p. 140).

O ambiente educacional que promove a ludicidade, auxiliará o aluno a construir novas descobertas, enriquecendo seu intelecto prazerosamente e de forma que também venha desenvolver a personalidade desses sujeitos. O professor como condutor dessa atividade promoverá o estímulo da criança, avaliando qual melhor maneira de aprendizagem.

Em educação, a utilização de um programa que estimule a atividade psicomotora, especialmente por meio do jogo, permite que o desempenho psicomotor da criança enquanto joga alcance níveis que só mesmo a motivação

intrínseca consegue. Ao mesmo tempo favorece a concentração, a atenção, o engajamento e a imaginação. Como consequência, a criança fica mais calma, relaxada e aprende a pensar, estimulando sua inteligência. Nesse contexto, precisamos elucidar os pontos de contato com a realidade, a fim de que o jogo seja significativo para a criança. Por meio da observação do desempenho das crianças com seus jogos podemos avaliar o nível de seu desenvolvimento motor e cognitivo. No lúdico, manifestam-se suas potencialidades e, ao observá-las, poderemos enriquecer sua aprendizagem, fornecendo por meio dos jogos os “nutrientes” do seu desenvolvimento. Ou seja, brincando e jogando a criança terá oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis à sua futura formação e atuação profissional, tais como: atenção, afetividade, concentração e outras habilidades perceptuais psicomotoras, (ALVES; BIANCHIN, 2010).

Desta maneira é preciso ressaltar a importância do jogo e da brincadeira como atividade lúdica no meio educacional, sendo algo que deve ter uma ocupação especial na prática pedagógica, e que venha ser privilegiada a sala de aula como o ambiente de acolhimento e agradável para que a criança possa se sentir bem para desenvolver suas habilidades e também absorver novos conhecimentos.

De acordo com Sant’Anna e Nascimento (2011), o lúdico, na educação infantil é considerado um meio de comunicação e que desta forma estimula a criatividade da criança, a expressão e a espontaneidade, e nesse processo de ensino aprendizagem o lúdico permitirá esse indivíduo sonhar, fantasiar e realizar desejos, sendo então uma ferramenta pedagógica que trabalha a imaginação e que auxiliará na aprendizagem significativa deste sujeito.

O lúdico não é o único instrumento para a melhoria do ensino-aprendizagem, mas é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados por parte dos professores interessados em proporcionar mudanças, (SOUZA *apud* SANT’ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 12).

Trabalhar com o lúdico na educação infantil é algo essencial, pois a criança em seu lazer já brinca naturalmente, e trazer as brincadeiras educativas para o meio escolar poderá permitir mais aprendizagem a esse indivíduo, de forma regrada mais que não deixa de ser algo prazeroso e que proporciona conhecimento.

Ao utilizar o jogo como metodologia de ensino na educação infantil o professor desenvolverá no aluno a criatividade, a socialização, a participação, a espontaneidade, as regras, e as frustrações de

maneira a aumentar sua autoestima quando adulto. Outro recurso de suma importância para o desenvolvimento da criança, na educação infantil, é a brincadeira, pois as mesmas despertam a curiosidade, desenvolvem a concentração, a atenção, a motivação e a criatividade, (SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 23).

De acordo com Maluf (*apud* SANT'ANNA; NASCIMENTO, 2011), o ato do brincar proporciona à criança desenvolvimento de habilidades, de conhecimentos, sendo habilidades que acontecem de forma natural e também agradável a esses sujeitos, sendo vista como necessidades básicas das crianças.

Desta forma é de suma importância trazer a ludicidade para a educação infantil, com inúmeras maneiras de produções desses materiais lúdicos que dependendo da atividade que o pedagogo for trabalhar com seus alunos, poderá ser produzido com E.V.A. (Espuma Vinílica Acetinada), ou materiais recicláveis, como caixa de papelão, tampinhas de garrafa, papel, etc. Sendo assim materiais confeccionados que possam favorecer essa aprendizagem, como por exemplo o boliche de números, o bingo de letras, a caixa mágica, todos esses com intuito de desenvolver a capacidade mental desses indivíduos, e assim fazendo com que esses sujeitos venham a se expressar, interagir, socializar, e ao mesmo tempo brincar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprende-se em um ambiente que consiga passar a criança a tranquilidade, lugar em que o pedagogo transmita então a aprendizagem de forma que venha ser agradável. O professor como condutor promoverá o estímulo, avaliando esses para uma melhor maneira de aprendizagem.

É preciso diante disto, que haja profissionais capacitados, que venha proporcionar aos seus educandos uma aprendizagem associada ao prazer, sendo inserido o lúdico como uma ferramenta essencial em todas as matérias, envolvendo todos os profissionais pedagogos, incluindo então atividades lúdicas nas disciplinas. Com a atividade lúdica a criança se prepara para viver em sociedade, pois ela se integra ao meio, aprendendo a interagir, a se socializar, compreendendo a cultura do meio.

Algumas atividades poderão ser trabalhadas para alcançar a aprendizagem de maneira agradável, dentre elas, pode-se citar os desenhos de própria autoria, e que é algo que certamente a criança tem costumes de fazer em seu lar e que trazendo-os para o ambiente escolar, poderá representar suas emoções, sentimentos, a criatividade em produzir, e estimulando assim seu psíquico.

Atividades de leitura possibilita ao indivíduo a compreensão e o descobrimento de mundo, visto que a ludicidade não se faz presente somente no ato de brincar, mas também no ato de ler, podendo ser realizada em ambientes que são favoráveis a leitura, as bibliotecas escolares, trabalhando a imaginação e criando situações variadas.

O lúdico é algo essencial não só para o desenvolvimento intelectual da criança, mais também para a saúde física, pois a criança poderá desenvolver suas habilidades psicomotoras, como, correr livremente pela escola, pular, subir em brinquedos fazendo escalada, se sentir à vontade para dançar, explorando as habilidades de seu próprio corpo, adquirindo assim positivamente, autoconfiança, e ajudando na autoestima desses indivíduos.

Na própria brincadeira a criança já começa a desempenhar papéis da vida real, a brincadeira traz a valorização da cultura desse sujeito, a engenhosidade, socialização, interação, possibilitando aos participantes uma certa independência em poder imaginar e também provocar o pensamento reflexivo deste indivíduo.

Mediante estudos que realizei nesta pesquisa de cunho bibliográfico descritiva, pode-se perceber o quanto é importante trabalhar com o lúdico nas instituições escolares infantis. É uma ferramenta essencial de trabalho para um pedagogo da Educação Infantil que pretende levar o conhecimento para seus alunos de maneira que desperte o interesse destes sujeitos em aprender os conteúdos agradavelmente.

O profissional que utiliza o lúdico como ferramenta de trabalho, conduzirá seus educandos, a trabalhar a concentração, a atenção, seu imaginário, sua memória, possibilitando um envolvimento nas tarefas pedagógicas. É de suma importância que o pedagogo transmita segurança para seu aluno, o que é algo muito importante entre esses, pois a criança se sentirá mais segura em poder perguntar quando surgir dúvidas.

De acordo com Alves e Bianchin (2010), é possível avaliar o nível de desenvolvimento motor e cognitivo da criança por meio da observação dos desempenhos destes com os jogos. Partindo da observação do pedagogo, o aluno poderá ter uma aprendizagem de forma que venha ser mais rica, com intuito do desenvolvimento dos educandos através dos jogos.

Visto que o lúdico contribui então para várias aquisições corporais que auxilia a criança que está em processo de aprendizagem, em desempenhar sua oralidade, seu intelecto, seus sentidos, suas habilidades psicomotoras, a socialização deste indivíduo para com o meio, a interação destes, suas emoções, seu lado criativo, as imaginações.

É de suma importância que o pedagogo propicie aos seus educandos uma formação de qualidade, pois a criança que recebe uma educação bem qualificada nos anos iniciais, promoverá um bom desempenho e interesse em querer aprender sempre mais. O lúdico como uma ferramenta auxiliadora ao pedagogo, poderá contribuir com essa aprendizagem de forma que venha ser encantadora para as crianças participantes.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Luciana; BIANCHIN, Maysa Alahmar. O jogo como recurso de aprendizagem. **Revista psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 83, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010384862010000200013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862010000200013). Acesso em: 13 set. 2021.
- ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h8pyf>. Acesso em: 7 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.
- CERVO, Joao Olavo. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Blumenau, v. 1, n. 4, p. 107-112, jan./mar., 2004. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos\\_alunos/doc\\_1311627172.pdf](https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1311627172.pdf). Acesso em: 16 out. 2021.
- FLORENCIO, Roberto Remígio; RODRIGUES, Cristiane Coelho; OLIVEIRA, Marcleide Sá Miranda. **A importância do lúdico no processo de desenvolvimento da criança**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- LEITE FILHO, Aristeo. Rumos da educação infantil no Brasil. **TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11-12, p. 1-10, jan./dez., 2005. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23981/16952>. Acesso em: 13 set. 2021.
- MARAFON, Danielle. **Educação infantil no Brasil**: um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância. PUC-PR/FATEB, 2009.
- MARTINI, Marilane. **A importância do lúdico na educação infantil**: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. Monografia (Graduação em pedagogia) - Universidade Federal de São Carlos, 2007.

MATOS, Marcela Moura. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. **Cairu em Revista**, Salvador, ano 02, n. 02, p. 133-142, jan. 2013. Disponível em: [https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013\\_1/09\\_LUD\\_FOR\\_EDU\\_133\\_142.pdf](https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/09_LUD_FOR_EDU_133_142.pdf). Acesso em: 16 out. 2021.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: EDUCAÇÃO, 3; 2015, Paraná. **Anais [...]**. Paraná: PUCPR, 2015. p. 17439-17455. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479\\_9077.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf). Acesso em: 6 set. 2021.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar., 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 6 set. 2021.

SALOMÃO, Hérica Aparecida de Souza; MARTINI, Marilaine. **A Importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado**. 2007

SANT'ANNA, Alexandre; NASCIMENTO, Paulo Roberto do. A história do lúdico na educação. **REVEMAT**, Florianópolis, v. 06, n. 2, p. 19-36, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2016.